



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA**  
**DIRETORIA LEGISLATIVA**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**  
**SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**  
**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA**  
**ATA SUCINTA DA 47ª**  
**(QUADRAGÉSIMA SÉTIMA)**  
**SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO**  
**GERAL PARA DISCUTIR A IMPLANTAÇÃO DO VEÍCULO**  
**LEVE SOBRE TRILHOS – VLT NO DISTRITO FEDERAL,**  
**DE 28 DE MAIO DE 2009.**

### SÚMULA

**PRESIDÊNCIA:** Deputados Eurides Brito e Cabo Patrício

**SECRETARIA:** Deputado Geraldo Naves

**LOCAL:** Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

**INÍCIO:** 15 horas e 36 minutos

**TÉRMINO:** 18 horas e 30 minutos

**PRESENÇA** – Compareceram os seguintes deputados:

- Cabo Patrício – PT
- Erika Kokay – PT
- Eurides Brito – PMDB
- Geraldo Naves – DEM
- Milton Barbosa – PSDB
- Paulo Tadeu – PT
- Reguffe – PDT

**Obs.:** O Deputado Dr. Charles – PTB encontra-se em licença, de acordo com o AMD nº 41/2009.

**ATA SUCINTA DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 28 DE MAIO DE 2009,**  
**TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL**

Revisora: \_\_\_\_\_ Chefe Setas: \_\_\_\_\_ (L/SN/Tof)



# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

---

## 1 ABERTURA

### Presidente (Deputada Eurides Brito):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

### 1.1 LEITURA DE ATA

– Dispensada a leitura, a Presidente considera aprovada, sem observações, a Ata da 45ª Sessão Ordinária.

## 2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

### Presidente (Deputada Eurides Brito):

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 1.557, de 2009, do Deputado Bispo Renato e outros, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para discutir a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT no Distrito Federal.

### 2.1 COMPOSIÇÃO DA MESA

- **PRESIDENTE DA SESSÃO E LÍDER DO GOVERNO**, Deputada Eurides Brito
- **PRESIDENTE DA SESSÃO E VICE-PRESIDENTE DA CLDF**, Deputado Cabo Patrício
- **PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS**, Deputado Paulo Tadeu
- **DEPUTADA ERIKA KOKAY**, líder da bancada do PT
- **PROMOTORA DE JUSTIÇA E REPRESENTANTE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, Anna Cláudia Manso
- **DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL – METRÔ DF E REPRESENTANTE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES**, José Gaspar de Souza
- **ASSESSORA ESPECIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE – SEDUMA E REPRESENTANTE DO SECRETÁRIO DE ESTADO**, Anamaria de Aragão



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

---

- **SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN,**  
Alfredo Gastal
- **CONSELHEIRO COMUNITÁRIO DO CONSELHO DA ASA SUL,**  
Armando Ollair

### 2.2 PRONUNCIAMENTOS

**DEPUTADO PAULO TADEU,** presidente da CAS

- Registra que o objetivo desta comissão geral é democratizar o debate acerca da construção do VLT anunciada pelo Governo.
- Chama a atenção para o porte do projeto e enfatiza a necessidade de discutir sua viabilidade.
- Antecipa a necessidade de realização de novos debates a respeito do tema, em razão do dever parlamentar de acompanhar e fiscalizar políticas públicas.

**JOSÉ GASPARG DE SOUZA,** Diretor-Presidente do Metrô DF

- Anuncia os valores previstos para a execução da obra.
- Destaca que o VLT faz parte de uma série de projetos estruturantes com vistas ao estabelecimento de uma rede de transportes totalmente integrada.
- Sintetiza os objetivos básicos do projeto: melhorar a distribuição da demanda por transporte na avenida W3 e promover o uso do transporte coletivo por condutores de veículos particulares.
- Assinala que, dentro do projeto da Copa do Mundo de 2014, há a previsão de tornar Brasília a primeira cidade brasileira a ter conexão metroferroviária com o aeroporto, o que permitirá a revitalização da W3 Sul.
- Descreve as características do projeto.

**ARMANDO OLLAIR,** conselheiro comunitário do Conselho da Asa Sul

- Atesta que, após quatro anos de discussão sobre o transporte local, a comunidade da Asa Sul concluiu pela necessidade de revisão do sistema como um todo.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

---

– Lê trechos de carta enviada ao Governador Arruda, em 7 de março de 2007, em que o Conselho Comunitário reconhece as vantagens do Veículo Leve sobre Trilhos.

– Levanta questões sobre os trabalhos que estão sendo desenvolvidos para a implantação do projeto e reclama o direito de participar do detalhamento dos mesmos.

– Acentua que o VLT deve ser um instrumento de mudança cultural da sociedade, que a estimule a utilizar o transporte público.

– Alerta que não há como apreciar o projeto sem uma visão de conjunto, especialmente dos pontos de interligação com outros meios de transporte.

– Realça a importância de discutir, também, os trajetos, as características das estações e os demais elementos envolvidos no projeto.

### **ALFREDO GASTAL**, Superintendente Regional do IPHAN

– Relata que o IPHAN vem discutindo o assunto, há cerca de um ano e meio, apenas de acordo com a sua atribuição, que é a proteção ao bem tombado.

– Declara que, sob a ótica do IPHAN, não há restrições ao projeto; mas adverte que sua implantação não resolverá os problemas do trânsito no Plano Piloto.

– Deplora a inexistência de um planejamento regional no DF e lembra que, ainda em 1968, participou de um levantamento realizado pela CODEPLAN com a intenção de elaborá-lo.

– Considera que o problema do trânsito decorre da concentração de empregos no Plano Piloto e da carência de transporte público eficiente e confortável.

– Frisa que, apesar de não haver restrições ao projeto dos pontos de vista estético e do tombamento, a licença para a obra não será liberada enquanto não obtiver resposta às correspondências do IPHAN e do Ministério Público que enviou à direção do Metrô DF e ao Secretário de Transportes.

– Reforça a necessidade de investimento em um sistema de transporte coletivo que atenda as carências de toda a sociedade do DF.



## **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

---

### **ANAMARIA DE ARAGÃO**, assessora especial da SEDUMA

- Assevera que o GDF busca conciliar o projeto do VLT e as demandas urbanas do Entorno.
- Comunica que a SEDUMA está desenvolvendo um programa de recuperação da avenida W3 e encaminhou à Secretaria de Obras uma proposta de reestruturação da W2 para permitir o acesso ao comércio local durante as obras do VLT.
- Enumera propostas que estão sob análise da SEDUMA com vistas à revitalização da W3: reformulação dos elementos de publicidade existentes, melhoria das fachadas e aumento da segurança nos becos.
- Julga que o Governo precisa contar com a colaboração dos empresários e o apoio da comunidade para o aprimoramento da paisagem urbana.

### **ANNA CLÁUDIA MANSO**, Promotora de Justiça

- Salaria que o papel do Ministério Público em relação ao tema é o de assegurar a aplicação da legislação vigente.
- Entende que o projeto do VLT de Brasília ainda não dispõe do necessário licenciamento ambiental, pois a licença prévia concedida pelo IBAMA ao projeto Brasília Integrada não considerou os impactos decorrentes da implantação de um sistema de veículos leves sobre trilhos na W3.
- Acrescenta que o projeto analisado pelo IBAMA não previa a ligação entre o terminal da Asa Sul e o aeroporto, a qual coloca em risco áreas de relevante interesse ambiental.
- Dá a conhecer que o projeto do VLT está paralisado em decorrência de ação civil pública impetrada pelo MPDFT devido à falta do prévio estudo de impacto ambiental.
- Reporta-se às repercussões da retirada prevista de 1.590 árvores existentes na W3.
- Recomenda ao Sr. Alfredo Gastal que officie ao Metrô DF, de maneira a deixar claro que a autorização do IPHAN está condicionada à apreciação de informações solicitadas ao órgão.
- Previne que o Metrô DF tem utilizado um ofício do IPHAN para afastar as discussões relativas ao tombamento no tocante ao VLT.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

---

### **DEPUTADO PAULO TADEU**, presidente da CAS

– Recorda que, em fevereiro de 2006, a Câmara Legislativa aprovou um projeto autorizando o GDF a contrair empréstimos com instituições financeiras internacionais sem a aprovação prévia da Comissão de Financiamentos Externos, motivo pelo qual a bancada do PT votou contra a proposta.

– Discorre a respeito de contratos firmados pelo Governo local para a implantação do Programa de Transporte Urbano do DF e do projeto básico do Metrô Leve sobre Trilhos.

– Questiona o projeto básico em virtude do desconhecimento quanto à demanda real no trajeto do aeroporto até a W3, e da falta de alternativa para os estacionamentos que serão desativados.

– Cita declaração do Secretário Alberto Fraga que, no seu entender, revela o seu caráter autoritário.

– Acredita que a retirada dos estacionamentos da W3 pelo período de um ano, no mínimo, prejudicará ainda mais o comércio local e que seria mais do que suficiente estabelecer a conexão entre o aeroporto e a primeira estação de metrô.

– Pede ao Diretor-Presidente do Metrô DF que apresente a esta Casa o projeto básico para distribuição aos parlamentares e à população.

### **DEPUTADA ERIKA KOKAY**, líder da bancada do PT

– Transmite sua impressão de que a política de transportes do Governo é pontual e pouco integrada.

– Crê que a lógica de construção do VLT é a mesma do PDOT: criar cidades que não são cidades, mas meros aglomerados residenciais que sobrecarregam a estrutura viária.

– Justifica que votou contra o projeto dos “puxadinhos” por transferirem o comércio da W3 para as entrequadras, contrariando o projeto inicial de Lúcio Costa.

– Comenta que não se pode pensar em uma estrutura de transporte de valor tão vultoso para atender apenas um evento, a Copa do Mundo.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

---

– Adverte que, antes de utilizar recursos públicos na obra, o Governo precisa definir a demanda real, o nível de incomodidade dos moradores e o impacto da obra sobre o meio ambiente, o comércio e o tráfego de veículos no DF.

**ARTUR BENEVIDES**, vice-presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul

- Parabeniza a Casa pela realização desta comissão geral.
- Expõe a preocupação da comunidade com relação a problemas que podem advir da implantação do VLT: redução da quantidade de árvores na W3, deficiências no escoamento pluvial e dificuldade para roçagem dos gramados nas áreas de fluxo.
- Condena o uso de modelos europeus para solucionar os problemas de Brasília.
- Propõe que o GDF abra uma linha de crédito para os comerciantes da W3, com a exigência de reforma dos imóveis.
- Observa que a implantação do VLT pode agravar as dificuldades enfrentadas pelos moradores da Asa Sul que têm seus estacionamentos ocupados por veículos de outras regiões administrativas.
- Opina que o GDF deveria aplicar na W3 os critérios de volumetria adotados na regularização dos “puxadinhos”.
- Requer à Líder do Governo o aumento da fiscalização a fim de evitar a desorganização urbana.
- Apela aos parlamentares do PT para que busquem junto ao Presidente Lula a revogação do decreto que transferiu a competência de fiscalização ambiental para o IBRAM e pede à representante do Ministério Público apoio nesse esforço.
- Externa o anseio da comunidade de conhecer o projeto do VLT e informa ao sr. Alfredo Gastal que os comerciantes não receberam cópia da ata de reunião realizada na FECOMÉRCIO.

**EDUARDO FELIPE DAHER**, assessor parlamentar da CLDF

- Sugere ao Governo a utilização de ônibus elétricos no DF e refere-se às vantagens desses veículos quanto à redução da poluição ambiental e aos custos do transporte coletivo.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

---

- Pondera que a revitalização da W3 não depende do VLT e pode ser realizada mediante esforço do Governo.
- Lembra que o metrô, embora anunciado pelo Governador Arruda como solução eficaz e barata, não resolveu o problema do transporte público no DF.
- Argumenta que o projeto do VLT reforça a indevida concentração de serviços no Plano Piloto.
- Critica a exposição sobre o VLT realizada pelo Diretor-Presidente do Metrô DF e pede que sejam dadas condições para uma real discussão das condições do projeto.

**INIMÁ DO NASCIMENTO SILVA**, consultor técnico-legislativo da CLDF

- Exprime sua preocupação com a falta de transparência do processo e com o envolvimento de empresas contratadas em denúncias de corrupção.
- Reivindica a atenção do Ministério Público às denúncias apresentadas, em especial contra a Alston, que lidera o consórcio.
- Corroborar o pronunciamento da Deputada Erika Kokay quanto à necessidade de se conhecer o estudo dos impactos ambiental e de vizinhança.
- Afirma que a revitalização da W3, discutida há mais de 20 anos, não acontece por falta de vontade política.
- Expressa sua estranheza com a ambiguidade do IPHAN.
- Concorda com o vice-presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul: Brasília não precisa copiar exemplos do exterior e sim preservar e respeitar seu modelo de cidade.

**AMILTON FIGUEIREDO**, prefeito da 705 Sul

- Revela sua perplexidade com o fato de os dirigentes e representantes políticos desta cidade esquecerem-se de que toda ação deve considerar, antes de tudo, o elemento humano.
- Denuncia que a verba arrecadada com os impostos pagos pelos moradores não resulta em benefício para as suas quadras.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

---

– Sustenta que os problemas da cidade podem ser resolvidos com a aplicação dos impostos no local e com o envolvimento da comunidade nos trabalhos.

– Pergunta ao Superintendente do IPHAN se o projeto prevê a construção de estacionamentos, estações e lojas no subsolo.

– Manifesta sua confiança no trabalho de fiscalização do Ministério Público e da Câmara Legislativa com relação à idoneidade das empresas envolvidas.

### **PAUL GEISSLINGER**, economista e engenheiro técnico aeroespacial

– Reflete acerca do valor humanístico do patrimônio cultural e condena a manipulação pelo Governo do projeto urbanístico de Brasília.

– Reclama a concessão de espaço político aos moradores para que intervenham em prol da preservação de Brasília.

### **WANDERLY FERREIRA DA COSTA**, consultora legislativa da CLDF

– Indaga ao Superintendente Regional do IPHAN qual é a estimativa de contrapartida do DF no custeio do VLT, se há anuência do BID e da AFD quanto às operações de crédito externo previstas, e se houve aprovação do TCDF para a contratação do consórcio.

### **DEPUTADO CABO PATRÍCIO**, presidente da sessão e Vice-Presidente da CLDF

– Apresenta suas ponderações em relação à proposta, apesar de acreditar que não farão diferença no processo de apreciação do projeto, uma vez que o Governo tem o apoio da maioria dos parlamentares da Casa.

– Exemplifica sua afirmação com o relato da aprovação do PDOT pela CLDF.

– Reprova o Governo por não ter apresentado o projeto básico da proposta antes da realização desta comissão geral.

– Ressalta que as prioridades do Governo não são as mesmas da população e que a implantação do VLT não vai contribuir para a revitalização da W3.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

---

– Tece comentários sobre outras ações do Governo relacionadas ao transporte, como a proposta de criação de uma linha de ônibus para atender o aeroporto e a substituição das *vans* por micro-ônibus.

– Menciona a sessão realizada na Ceilândia, em que todas as intervenções foram a respeito de problemas relacionados a saúde, segurança e transporte.

– Acata as palavras do assessor parlamentar Daher quanto à construção do metrô, proposta pelo então Secretário Arruda, para resolver o problema de transporte da cidade, o que não ocorreu.

– Espera que a ida dos parlamentares a todas as regiões administrativas, prevista no projeto *Câmara mais perto de você*, pressione os deputados a votarem de acordo com os interesses da população e não com os do Governo.

– Opõe-se à decisão do presidente Lula de devolver ao GDF a liberação das licenças ambientais para a execução de obras no DF, antes realizada pelo IBAMA.

– Indigna-se com o alto custo do VLT e do metrô, e aguarda o momento em que serão reveladas informações levantadas pela CPI do Transporte, realizada pela Assembleia Legislativa de São Paulo, que envolvem autoridades políticas do DF.

### **ALFREDO GASTAL**, Superintendente Regional do IPHAN

– Contesta as declarações de que o IPHAN é irresponsável: o órgão cumpre o que Lúcio Costa previu, mesmo que contrarie o desejo de alguns.

– Explana que a cidade foi tombada volumetricamente e por usos, e, portanto, qualquer edificação que não tenha sido tombada individualmente pode ser derrubada, desde que substituída por outra de mesmo volume.

– Reafirma que a aprovação do instituto refere-se exclusivamente ao aspecto do tombamento da cidade, não ao custo ou à execução da obra.

– Responde ao prefeito da 705 Sul não ter certeza se o último anteprojeto do VLT que analisou prevê a construção de estacionamentos, estações e lojas no subsolo.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

---

**ARMANDO OLLAIR**, conselheiro comunitário do Conselho da Asa Sul

- Reitera o apoio da comunidade ao projeto do VLT.
- Constata a falta de integração entre a SEDUMA e o Metrô DF na elaboração do projeto.
- Frisa a necessidade de planejamento para a remoção das árvores existentes na W3 e solicita esclarecimentos quanto à manutenção de linhas de ônibus na região após a implantação do VLT.
- Desaprova a falta de transparência do Governo, e insiste no que tange à intensificação da fiscalização e à articulação entre o Poder Público e a comunidade.

**ANAMARIA DE ARAGÃO**, assessora especial da SEDUMA

- Esclarece que a recuperação das calçadas da W3 aguarda a definição do projeto do VLT em razão da existência de redes que serão afetadas pela realização da obra.
- Informa que a SEDUMA está envidando esforços para sensibilizar os empresários da W3 quanto à necessidade de adequar a publicidade existente.
- Solicita aos representantes da comunidade que comuniquem à Administração Regional de Brasília o seu interesse em participar da elaboração dos projetos para a W3.

**JOSÉ GASPAS DE SOUZA**, Diretor-Presidente do Metrô DF

- Assume ser o responsável pelo desenvolvimento do projeto do VLT, como o foi do metrô.
- Discorda das declarações de que o metrô não funciona e assegura que o veículo é, hoje, o elemento estrutural do sistema de transportes do Distrito Federal.
- Admite que o metrô possui deficiências, principalmente quanto à quantidade de vagões, mas afirma que é ele eficiente e que seu custo foi pago com os valores arrecadados com a venda de terrenos em Águas Claras.
- Especifica que foram aprovados dois empréstimos: um com a Agência Francesa de Desenvolvimento, para o VLT; e outro, com a CAF, para o VLP, que atenderá o Eixo Sul.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

---

- Defende a aplicação de modelos de outros países na resolução dos problemas de transporte locais.
- Explica que os projetos são estruturantes e que fazem parte de uma rede que visa a garantir às pessoas a possibilidade de se deslocarem mais rapidamente.
- Nega que o VLT esteja sendo implementado unicamente em função da Copa do Mundo e revela que a extensão até o aeroporto é consequência de um pedido da Infraero.

### **ANNA CLÁUDIA MANSO**, Promotora de Justiça

- Agradece à CLDF o convite para participar desta comissão geral.
- Garante que o Ministério Público está atento ao tombamento de Brasília e às questões ambientais e orçamentárias que envolvem esse empreendimento.

### **3 ENCERRAMENTO**

#### **Presidente (Deputado Cabo Patrício):**

- Convida para a sessão solene, a realizar-se em seguida, em comemoração aos 150 anos da Igreja Presbiteriana.
- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro Secretário

*Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 99 (Suplemento), de 05/06/09, onde consta a íntegra dos expedientes lidos na sessão.*